

ARTIGO CIENTÍFICO

Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como política pública para sustentabilidade de agricultores familiares

Francinaide Maria de Souto^{1*}, Ednaldo Barbosa Pereira Junior², Joserlan Nonato Moreira²
Amélia Lizziane Leite Duarte³

Resumo: A história da agricultura familiar perpassa por grandes momentos históricos, que se fizeram constantes no desenvolvimento de nossa sociedade. No contexto atual o país tem demonstrado grandes preocupações com o crescimento urbano desordenado, tendo como um dos motivos a saída do homem do campo. Isso tem favorecido o surgimento de políticas públicas de acesso a crédito rural para que o agricultor, especialmente o familiar, permaneça no campo. Tendo como norte esta dinâmica atual, o objetivo deste trabalho foi avaliar a importância do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), para a sustentabilidade do pequeno agricultor e sua permanência no campo no município de Santa Luzia-PB. Os resultados da pesquisa evidenciaram como este programa tem contribuindo com a vida do agricultor local, inclusive com o efetivo aumento da renda das famílias, levando a conclusão de que políticas públicas com o objetivo de promover a sustentabilidade do agricultor familiar vem contribuindo com a permanência do homem no campo, bem como a real melhoria de sua qualidade de vida.

Palavras-chave: Agricultor, Desenvolvimento, Sociedade

Evaluation of the National School Food Program (PNAE) as a public policy for the sustainability of family farmers

Abstract: The history of family agriculture runs through great historical moments, which have become constant in the development of our society. In the current context, the country has shown great concern about disorderly urban growth, with one of the reasons for leaving the country. This has favored the emergence of public policies to access rural credit so that the farmer, especially the family member, remains in the field. Taking this dynamic as the north. The objective of this work was to evaluate the importance of PNAE (National School Feeding Program) for the sustainability of the small farmer and his stay in the field in the municipality of Santa Luzia- PB. The research results showed how this program has contributed to the local farmer's life, including the effective increase in family income, leading to the conclusion that public policies aimed at promoting the sustainability of the family farmer have contributed to the permanence of the family farmer man in the field, as well as the real improvement of their quality of life.

Keywords: Farmer, Development, Society.

*Autor para correspondência

Recebido para publicação em 22/12/2019; aprovado em 7/04/2020

¹Mestra em Sistemas Agroindustriais, Universidade Federal de Campina Grande, UFCG, Campus Pombal.

²Doutor, Professor do Programa de Pós-graduação em Sistemas agroindustriais, UFCG, Campus Pombal, e-mail: ebpjr2@hotmail.com, joserlan.nonato@ifpb.edu.br

³Doutora, Professora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba-Campus Sousa, e-mail:amelia.duarte@ifpb.edu.br

INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade denota, na maioria das vezes, apenas expressões voltadas às questões ambientais. Contudo, a sustentabilidade, de acordo com Sachs (2009), constitui-se num conceito dinâmico, que leva em conta as necessidades crescentes das populações, ainda abrange e envolve diversas outras dimensões, além da ambiental, entre as quais destaca a sustentabilidade social; a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade política, a qual pode ser representada pelo ambiente institucional.

No Brasil, o debate sobre a sustentabilidade ganha força, principalmente no setor agrícola, devido aos avanços da agricultura moderna, os quais têm levado a inúmeros questionamentos em termos da viabilidade desse modelo em longo prazo. Mais especificamente no campo da agricultura familiar, onde os efeitos colaterais da modernização foram mais abrangentes e provocaram consideráveis impactos ambientais, desigualdade social entre regiões, entre produtos e entre os próprios agricultores, a insustentabilidade deste modelo evidenciou-se de forma mais visível (STOFFEL et al., 2014).

A sustentabilidade do desenvolvimento da agricultura familiar passa, necessariamente, pela capacidade de viabilizar-se economicamente, através da capacidade de competir com outras modalidades de organização produtiva e de cumprir com as funções estratégicas que os agricultores têm desde a separação entre campo e cidade. Imaginar e colocar em prática, em um país como o Brasil, o modelo europeu de proteção da agricultura familiar - fortemente dependente de transferências públicas e de transferências de renda dos consumidores - poderia ser o caminho mais rápido para o fracasso e eliminação da agricultura familiar (STOFFEL et al., 2014).

Nesse contexto, Ehlers (2008) aponta que esse crescente interesse sobre o debate que envolve a agricultura familiar no Brasil, na atualidade, ampliou as discussões em torno de temas como o desenvolvimento sustentável na agricultura. Dessa forma, deixam-se explícitas as preocupações sobre o possível futuro da produção agrícola, em especial a produção agrícola familiar. Isto fez surgir várias reflexões e apontamentos sobre o tema que envolve a “sustentabilidade na agricultura familiar”.

De acordo com Silva et al. (2006), nos últimos anos, a agricultura familiar aparece como sendo à base de um modelo alternativo de desenvolvimento para o meio rural capaz de reduzir a pobreza, as disparidades de renda e o uso irracional dos recursos naturais. O debate predominante em torno da agricultura familiar trata de como torná-la mais eficiente e com maior capacidade de resistência ao mercado cada vez mais concentrado.

Além disso, a agricultura familiar tem se destacado também no cenário nacional nos últimos anos, o que tem disseminado uma preocupação dos governantes em subsidiar a permanência do homem no

campo, considerando efetivamente sua qualidade de vida, e a sua contribuição para a zona urbana (FERREIRA et al., 2014).

Nestes termos, um programa de exímio avanço para o agricultor familiar foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mais conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado (DIAS, ESCOUTO, 2016).

O programa tem sua origem no início da década de 40, quando o então Instituto de Nutrição defendia a proposta de o governo federal oferecer alimentação ao escolar. Entretanto, não foi possível concretizá-la, por indisponibilidade de recursos financeiros. Na década de 50, foi elaborado um abrangente Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública (DIAS, ESCOUTO, 2016).

O objetivo do PNAE, conforme definido no art. 4º da Resolução n.º 38/2009 é contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentar saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (FNDE, 2009).

A destarte, o objetivo do presente estudo foi avaliar a efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), como política pública para sustentabilidade dos agricultores familiares de Santa Luzia –PB.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa contou com uma abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que esta é apropriada para quem busca o entendimento de fenômenos complexos específicos, em profundidade, de natureza social e cultural, mediante descrições, interpretações e comparações, sem considerar os seus aspectos numéricos em termos de regras matemáticas e estatísticas; caracterizando-se pela qualificação dos dados coletados, durante a análise do problema considerando que existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números.

A pesquisa foi realizada no Município de Santa Luzia –PB, localizado na região central-norte do Estado da Paraíba, Mesorregião Borborema e Microrregião Seridó Ocidental Paraibano. Limita-se ao norte com os municípios de Várzea, Ouro Branco (RN) e São José do Sabugí, leste com São José do Sabugí, Equador (RN) e Junco do Seridó, sul com Junco do Seridó, Salgadinho e Areia de Baraúnas, oeste, com São Mamede e Várzea.

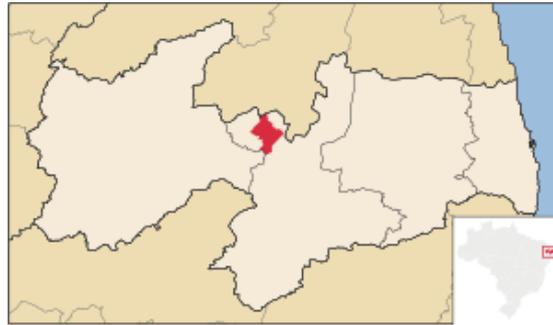


Figura 2 – Localização de Santa Luzia no estado da Paraíba
FONTE: IBGE (2017)

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, caracterizando-se por apresentar grande irregularidade no seu regime pluviométrico, que depende das massas de ar que vêm do litoral e do oeste. Sua localização sobre a depressão do Rio Piranhas e a presença nas imediações, da Serra da Borborema, constituem as principais barreiras físicas para a existência de um clima mais ameno e para regularização do regime das chuvas definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca.



Figura 3 – Santa Luzia-PB e suas cidades limítrofes
FONTE: IBGE (2017)

A base física do município possui área de 226,30km² e situa-se nas folhas Serra Negra do Norte (SB 24- Z-B-IV), Jardim do Seridó (SB.24-Z-B-V) e Juazeirinho (SB. 24. -Z-D-II) editadas pelo MINTER/SUDENE nos anos de 1982,1972 e 1970 respectivamente. A sede municipal situa-se à uma

altitude de 304 metros, e, possui coordenadas de 729.960EW e 9.239.898NS. O acesso a partir de João Pessoa é feito através da rodovia federal BR-230, em trecho de 287km até chegar à cidade de Santa Luzia sede do município, passando por Campina Grande, Soledade e Junco do Seridó.

Os questionários foram elaborados previamente, abordando aspectos de natureza social, econômica, além de contar com questões acerca do perfil do agricultor para que se pudesse identificar características familiares e de estrutura física da terra destes agricultores (Anexo 1).

Inicialmente consultou-se o cadastro das famílias fornecedoras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PNAE, onde se constatou a inscrição de 18 famílias. Foram realizadas entrevistas com 10 famílias cadastradas para o fornecimento de alimentos para o PNAE no município em estudo. Destes 18 agricultores, foram pesquisados um universo de 10, o que correspondente a 56% dos agricultores cadastrados. Para escolha foram observados critérios como maior possibilidade de acesso ao agricultor para pesquisa,

De posse das informações oriundas das aplicações dos questionários foram discutidos de forma descritiva visando proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo), envolvendo levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado, enquanto que a quantitativa, objetiva descrever as características de certa população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis; envolvem técnicas de coleta de dados padronizadas (questionário, observação), assume em geral a forma de levantamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos resultados constata-se que, da maioria dos agricultores pesquisados, 04 (40%) deles, possui entre 25-35 anos, outros 03 (30%) entre 45 e 55 anos e mais 03 (30%) estão com 60 anos ou mais. É importante se considerar a idade do produtor pois isso reflete sua experiência na atividade e sua capacidade de lidar com tecnologias e compreender novas exigências de mercado, entre outros.

Tabela 1- Caracterização quanto a faixa etária e estado civil dos agricultores familiares beneficiários executores do PNAE no município de Santa Luzia / PB (2018)

IDADE	N	%
Menor que 25 anos	0	0
25-35 anos	04	40
45-55 anos	03	30
60 anos ou mais	03	30
ESTADO CIVIL	N	%
Casado	07	70
Solteiro	02	20
Viúvo	01	10
TOTAL	10	100

Quando questionados sobre o estado civil, 07 (70%) dos agricultores afirmaram serem casados; (02) 20% solteiros, e apenas, (01) 10% admitiu ser viúvo; conforme tabela acima. A maioria dos agricultores num total de 70% são casados, o que implica que famílias inteiras ainda se encontram no campo desenvolvendo o trabalho rural. Quanto ao tamanho das propriedades familiares, estudo de Siqueira (2016), destaca que no Cariri (PB) a área explorada para plantação geralmente consta com propriedades com menos 20 hectares, o que se configura no município de Santa Luzia, como se pode confirmar na Tabela 2.

Tabela 2- Total de hectares cultivados em relação a quantidade total de posse por agricultor (2018)

Entrevistado	Nº de Hectares	Total Cultivado	% Cultivo
Agricultor 1	06	02	33,3
Agricultor 2	20	03	15,0
Agricultor 3	47	15	31,9
Agricultor 4	23	12	52,1
Agricultor 5	18	02	11,1
Agricultor 6	10	02	20,0
Agricultor 7	12	02	16,6
Agricultor 8	18	04	22,2
Agricultor 9	23	06	26,0
Agricultor 10	12	02	16,6

Quanto ao número de hectares explorados a uma grande diversidade de acordo com os dados da tabela 2. Conforme tabela, a maioria das propriedades é de pequeno porte e com uma área de cultivo também pequena, devido principalmente os longos períodos de estiagem que assolam o município e que impossibilita o trabalho efetivo no campo. Nas áreas de sertão, observa-se com predominância a agricultura familiar, sendo ela, em geral, em regiões pobres, cujos períodos secos têm grande impacto sobre a produção.

Diante desses dados, diferentes autores destacam que um fator limitador para a produção da agricultura familiar é a pequena área de terra (DE PAULA et al., 2014).

De acordo com Blum (2001), o gerenciamento das unidades familiares de produção deixa a desejar por ser espontâneo e realizado com muita superficialidade. Este fato é ocasionado pela escassez e pobreza da terra, pela mão-de-obra de baixa qualificação e pela conseqüente descapitalização dos agricultores que exploram propriedades em regime de economia familiar. Como conseqüências são apontadas as formas precárias de comercialização, baixa escala de produção, falta de agregação de valor à produção,

diversificação excessiva, tecnologias incompatíveis, pouca disponibilidade de formação e informação, relações de troca desfavoráveis e a inexistência de política agrícola.

A agricultura familiar tem como principal característica o envolvimento das famílias em seu desenvolvimento, o que se confirma com os agricultores entrevistados uma vez que a maioria dos agricultores, 90% deles, confirmou não contratar mão de obra nem mesmo no período de muito trabalho (Tabela 3).

Tabela 3– Caracterização da terra, mão de obra e escoamento da produção para feira livre.

Localização da terra	N	%
Santa Luzia	10	100
Se é proprietário da terra	N	%
Sim	10	100
Se contrata mão de obra	N	%
Sim	1	10
Não	9	90
Se participa da feira livre	N	%
Sim	9	90
Não	1	10

Quando questionados sobre sua forma de acesso à terra, um total de 100% afirmaram serem proprietários de suas terras; que foram herdadas de seus pais ou avós. Estudos recentes têm demonstrado, pelo mundo afora, que herdar a propriedade dos pais é a forma mais usual entre as populações camponesas para garantir a reprodução social, cultural e econômica das famílias (KOCZICESKI, 2007).

Como as propriedades possuem uma área pequena de cultivo, alguns produtos são comuns a todos os agricultores, principalmente se considerando o valor do solo e os longos períodos de estiagem, conforme Tabela 4, onde 07 (70%) dos agricultores questionados cultivam feijão, milho, jerimum e batata; outros 04 (40%) cultivam hortaliças e ainda 05 (50%) diversificam com bovinocultura, caprinocultura e ovinocultura. Como se pode perceber a maioria dos agricultores permanecem com a atividade de cultura básica com elementos essenciais a alimentação o que facilita a sua venda para o PNAE, por serem alimentos de alto índice de nutrição e que não podem faltar na alimentação dos alunos.

Desse modo, a diversificação da produção, além de ser uma prática fundamental para o equilíbrio ecológico, tão importante aos sistemas agrícolas, também é considerada uma estratégia para a geração contínua de renda pelos agricultores familiares ao longo do ano, considerando a sazonalidade de produção de cada espécie cultivada (GOMES et al., 2014). Através desta pesquisa, percebeu-se uma diversidade de culturas agrícolas e de atividades pecuárias nas propriedades, objetivando a geração de emprego e renda para um número considerável de famílias e cooperando assim para o desenvolvimento local.

Tabela 4- Produtos agrícolas cultivados e demais atividades rurais.

Tipos de atividades e plantio	Total	%
Cultivo de milho, feijão jerimum e batata	07	70
Cultivo de hortaliças	04	40
Bovinocultura, caprinocultura e ovinocultura	05	50

Ao serem questionados sobre formação e assistência técnica todos os agricultores confirmaram só terem recebido esse suporte da EMATER e da Secretaria Municipal de Educação; e que na maioria das vezes esse suporte se fez o único para melhor diversificar e desenvolver suas atividades rurais.

Lima et al. (2001) ao afirmar que “diante da complexidade da agricultura moderna” não pode mais se admitir que o agricultor administre sozinho sua unidade de produção. E continua, ao afirmar que uma “sólida formação econômica e gerencial” é condição básica para a prática de uma agricultura que a cada dia torna-se mais complexa e em constante transformação. Além disso, Tedesco (2001) afirma que se faz necessário introduzir inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais e, além disso, fazê-lo em todos os elos da cadeia agroalimentar; isto é, no acesso aos insumos, na produção, na administração da propriedade, na transformação dos produtos e na comercialização dos excedentes.

Mikulcak et al. (2015) destacam que, diante de um ambiente cada vez mais globalizado, as propriedades rurais são confrontadas com enormes desafios para alcançar o desenvolvimento. E faz-se necessário usar vários mecanismos para a geração de renda, como a diversificação da produção.

Além de participarem da venda das mercadorias para o PNAE, 90% dos agricultores confirmaram que para aumentar sua renda participam da feira livre onde vendem o excesso de sua produção; e com isso melhoram sua sobrevivência e adquirem os subsídios alimentares industrializados e os que não cultivam em suas propriedades.

Como o município sofre com longos períodos de estiagem questionou-se aos agricultores quanto à água utilizada em suas propriedades; já que a maioria dos agricultores ficam prejudicados com a falta de água uma vez que as chuvas são tão escassas. Por este motivo o gráfico 1, apresenta a necessidade de poços artesianos.

Gráfico 1 – Quantidade de agricultores com poços artesianos e/ou cisternas.

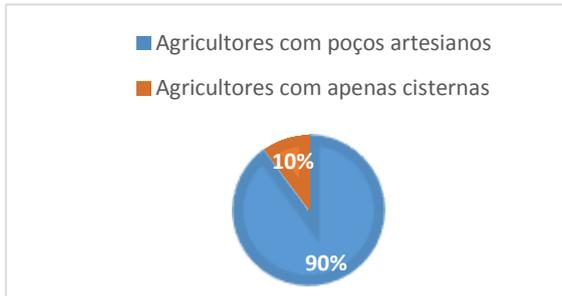
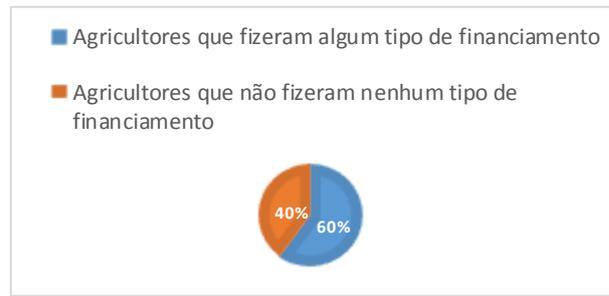


Gráfico 2 – Relação de agricultores com financiamento.



Neste sentido 90% dos agricultores afirmaram ter poços artesianos, todos perfurados pela Prefeitura Municipal em comunidades bem localizadas, onde mais de uma família são assistidas; isto tudo através do Ministério da Integração Nacional, do Ministério de Desenvolvimento Social e outros. Em suas propriedades além das caixas d'água e cisternas; apenas 10% dispõem apenas da cisterna, o que dificulta sua produção.

No tocante a mudanças no aspecto econômico da vida dos agricultores, foi questionado sobre financiamentos realizados por eles para investimento em suas propriedades, uma vez que, apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos; podem ser adquiridos com baixas taxas de juros, através do acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conforme gráfico 2.

Dos 100% dos agricultores questionados 60% confirmaram já terem feito algum tipo de financiamento para beneficiamento e/ou compra de animais e equipamentos para melhoria e aumento de sua produção.

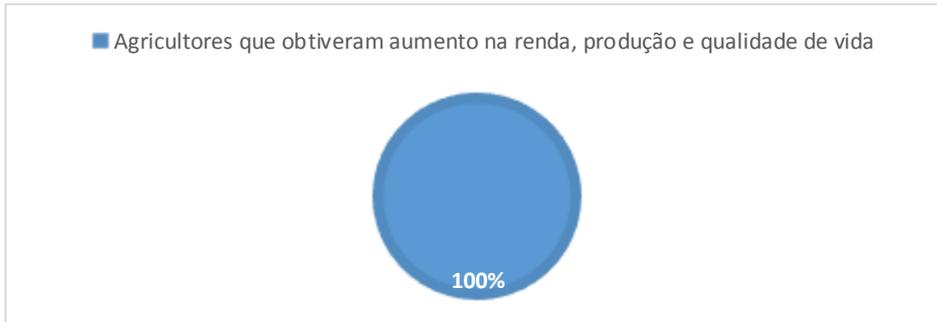
Questionados sobre o aumento da renda, produção e qualidade de vida, do total de agricultores entrevistados, 100% responderam ter obtido um aumento significativo de sua produção e de sua renda após ter se inserido no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no entanto, alguns membros das famílias pesquisadas confirmaram desenvolver outras atividades para complementação da renda e melhores possibilidades de formação escolar, além de melhores condições de vida (Gráfico 3).

Para Toscano (2003), a agricultura familiar é responsável por cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária nacional, além de apresentar-se como o segmento que mais cresceu durante a década de 1990, aproximadamente 3,8% ao ano num período que os preços caíram 4,7% ao ano.

Tendo em vista que as cidades não mais absorvem toda massa que abandona o campo é importante o incentivo a agricultura familiar e de acordo com Abramovay (1999), esse incentivo não deve vir apenas

do governo, mas sim de todos, desde os agentes bancários através de empréstimos com taxas menores até o mercado consumidor.

Gráfico 3 – Aumento da renda, produção e qualidade de vida



Segundo Abramovay (1999) apenas nos últimos anos o Brasil tem adotado políticas públicas, de interesse social e econômico, para a agricultura familiar, estabelecendo mecanismos de acesso ao crédito e a terra. Este retardamento em atender as necessidades das famílias do meio rural tem criado na grande maioria dos jovens herdeiros de pequenas parcelas de terras, o desejo de abandonar a atividade e buscar no meio urbano, oportunidades mais promissoras de geração de renda.

CONCLUSÕES

A pesquisa corroborou a hipótese central que vislumbrou identificar a política pública PNAE, como forma efetiva de favorecer a permanência do pequeno agricultor no campo, bem como a melhoria e aumento de sua produção e de sua sobrevivência.

De acordo com os resultados da pesquisa constata-se que o PNAE está conseguindo produzir o ambiente institucional necessário à ampliação da base social da política nacional de crédito e de desenvolvimento rurais. É verdade que as consequências práticas desse novo ambiente são ainda tímidas e parciais: o crédito de investimento atinge parcela reduzida de agricultores, e boa parte dos que tomaram crédito de custeio já estava incluída no sistema (sobretudo pela integração agroindustrial). O importante agora é que a relação entre o sistema bancário e a agricultura familiar ganhou uma dimensão pública inteiramente inédita na história do país e que alcança os municípios mais longínquos e sofrendores dos longos períodos de estiagem como o de Santa Luzia – PB.

Mesmo sob adversidades como insuficiência de capital, dificuldades no financiamento, mão de obra qualificada, longos períodos de estiagem, baixa disponibilidade tecnológica e fragilidade da assistência técnica, a agricultura familiar como constatado na pesquisa ganhou um aporte, ao ter garantido de que boa parte de sua produção já teria destino certo, no caso em foco para atender a exigência de um percentual

específico para despesas com alimentação escolar através do PNAE, desde que também preencham os requisitos exigidos.

O futuro da agricultura familiar depende, de forma crucial, da capacidade e da possibilidade de os agricultores familiares aproveitarem e potencializarem oportunidades decorrentes das possíveis vantagens associadas à organização familiar da produção e, ao mesmo tempo, neutralizarem ou reduzirem desvantagens competitivas que enfrentam em função da dotação de recursos, em particular as associadas à escala.

Ao final da pesquisa pode-se concluir que no caso do município de Santa Luzia, o desenvolvimento de políticas públicas efetivas para o homem do campo tem posto um freio no êxodo rural. Famílias que se viam sem alternativas de sobrevivência no campo devido inúmeros fatores se veem hoje com maiores possibilidades de qualidade de vida e de um relacionamento saudável com a cidade, onde seus produtos são valorizados e absorvidos com louvor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Publicado em 1999. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos>>. Acesso: 25 mai. 2012.

ABRAMOVAY, R., “**Agricultura, Diferenciação Social e Desempenho Econômico**”. Projeto IPEA-NEAD/MDA – Banco Mundial, São Paulo, FEA-USP, 2000, citação à p. 03.

ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; SILVESTRO, M. L. DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA V. M. **Educação formal e os desafios para formação de uma nova geração de agricultores**. Disponível em: <<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos>>. Acesso em: 18 de maio de 2012.

ABREU, Rosamélia. **Produtos da agricultura familiar chegam aos supermercados no Paraná**. Rádio Nacional. Disponível em: <www.radionacional.br>. Acesso em: 11 de abril de 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf>. Acesso em: 18 de março de 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. PRONAF — **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. — Brasília: set. 1996, 37 p.

BRASIL, Presidência da República. Decreto n° 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**, e dá outras providências. Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso em 28 abril de 2003.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

_____. **Territorialidade e ruralidade no Nordeste:** por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEXEIRA, O. (orgs.) Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p. 41-52.

BORLAUG, Norman. **A segunda onda.** Revista Globo Rural. Edição 296 - Jun/10. Editora Globo S.A. Rio de Janeiro, 2010.

CAMPOLIN, Aldalgiza Inês. **Abordagens qualitativas na pesquisa em Agricultura.** Corumbá: Embrapa Pantanal, 2005. 22p.; 16 cm. (Documentos / Embrapa Pantanal, ISSN 1517-1973; 80)

DENARDI, Reni. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável.** Disponível em: http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf. Acesso em 04 Abril de 2012.

DE PAULA, Márcia Maria; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luis Gomes da. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. Revista de Política Agrícola, n. 1, p. 33-43, 2014.

DIAS, ESCOUTO. Um breve histórico sobre alimentação escolar no Brasil. **Revistas eletrônicas FAIP**, 2016, Vol. 3, N. 5.

EHLERS, Eduardo. O que é agricultura sustentável. São Paulo: Brasiliense, 2008.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** — Brasília, nov. 1994, p. 5. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036.

FERREIRA, Janaína S. Ferreira et al. **A importância do Programa Sertão Empreendedor para a geração de renda na agricultura familiar.** Revista Verde (Pombal - PB - Brasil) v. 9, n.5, p. 159 - 162, dezembro, 2014.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Alimentação Escolar.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>. Acesso em: 02 de junho de 2012.

GHEDIN, E; FRANCO, M. A. S. **Questões de método na construção da pesquisa em educação.** São Paulo: Cortez, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1994, 207 p.

GOMES, Juliana Benites Padua; BEZERRA, Gleicy Jardim; NASCIMENTO, Jaqueline Silva; SCHLINDWEIN, Madalena Maria; PADOVAN, Milton Parron. Produção orgânica no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. Cadernos de Agroecologia, v. 9, n. 4, 2014.

GUANZIROLI, Carlos E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 16x23 cm; 288 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 de junho de 2012.

IBGE. Santa Luzia – PB. **IBGE Cidades**. Informações Completas. [Internet]. 2017. [Acesso em 30/08/2017]. Disponível em:
<<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251340&search=paraiba|santa-luzia|infograficos:-informacoes-completas>>.

INCRA, **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, Fevereiro de 2000.

INCRA. Instituto Nacional de Reforma Agrária. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil Redescoberto**. Disponível em:
<www.incra.gov.br/sade/doc/agrifam.htm>. Acessado em 02 de jun de 2012.

KOCZICESKI, S.L. **Sucessão na agricultura familiar: problemática social e desafios para a gestão pública em Paulo Bento/RS**. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2007 [Monografia].

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.

MIKULCAK, Friederike; HAIDER, Jamila L.; ABSON, David J.; NEWIG, Jens; FISCHER, Joem. Applying a capitals approach to understand rural development traps: A case study from post-socialist Romania. *Land Use Policy*, v. 43, p. 248-258, 2015.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, Paulo Segundo et al. **Agricultura familiar: um estudo sobre a juventude rural no município de serra do mel – RN**. *Revista Verde (Mossoró – RN – Brasil)* v.1, n.1, p. 54-66 janeiro/junho de 2006.

SIQUEIRA, MEL. **Produção de cenoura associada a substratos, irrigada com efluente agroindustrial**, UFCG, 2016 [Dissertação].

SOARES, Adriano Campolina. **A Multifuncionalidade da Agricultura Familiar**. *Revista Proposta*, no. 87 Dezembro/Fevereiro 2000/2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9ª. Edição, 1976.

SOUZA, Vanilde Ferreira de. **Agricultura familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara-SP**. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?view=vtls000266938>> acessado em 24 de mai de 2005.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

STOFFEL et al. A sustentabilidade na agricultura familiar e as formas de organização produtivas em contextos locais. **ARTIGO Tempo da Ciência**, Vol. 21, N. 42, 2º semestre de 2014, ISSN: 1981-4798.

TOSCANO, Luiz Fernando. **Agricultura familiar e seu grande desafio**. Disponível em:
<<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2012.

VEIGA, J. E. da. Debates: **Agricultura familiar e sustentabilidade**. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.13, n.3, p. 383-404, 1996.

_____. **A Relação Rural/Urbano no Desenvolvimento Regional**. In: CADERNOS DO CEAM Vol. 17, Fevereiro 2005, pp. 9-22. (Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, UnB).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Camponato Brasileiro**. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2. ed.

_____. **Territorialidade e ruralidade no Nordeste**: por um pacto social e pelo desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEXEIRA, O. (orgs.) Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: EMBRAPA Informação Tecnológica, 2002, p. 41-52.

SILVA, Paulo Segundo et al. **Agricultura familiar**: um estudo sobre a juventude rural no município de serra do mel – RN. Revista Verde (Mossoró – RN – Brasil) v.1, n.1, p. 54-66 janeiro/junho de 2006.